

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 21 / XV / 1.ª SL

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2022, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações Gerais

2. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 152/XV/1.ª \(BE\)](#) - Eliminação da propina para o ensino de português no estrangeiro e garantia de gratuidade dos manuais escolares adotados.

Deputado Relator: – António Maló de Abreu - PSD

3. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 154/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Gratuidade do Ensino de Português no Estrangeiro (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto)

Deputada Relatora: Nathalie Oliveira – PS

4. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 184/XV/1.ª \(CH\)](#) - Altera o decreto-lei nº165/2006 de 11 de agosto para promover um ensino de português de qualidade e gratuito no estrangeiro para as crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes.

Deputado Relator: António Maló de Abreu - PSD

5. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 205/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Determina o fim da cobrança de propina/taxa de inscrição aos jovens portugueses e lusodescendentes que frequentem ou venham a frequentar o Ensino de Português no Estrangeiro, procedendo para o efeito à alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto.

Deputada Relatora: Nathalie Oliveira – PS

6. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 148/XV/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo o alargamento do “Programa Regressar” aos emigrantes da Madeira e dos Açores

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 21 / XV / 1.ª SL

7. Apreciação e votação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 92/XV/1.ª PAN](#) - Recomenda ao Governo português que apoie a criação de um Tratado Internacional para os Oceanos e uma harmonização da legislação em termos de áreas marinhas protegidas.

8. Apresentação e discussão dos seguintes Projetos de Voto:

[n.º 124/XV/1.ª a \(IL\)](#) - De protesto contra o comunicado intimidatório da Embaixada da Federação Russa;

[n.º 129/XV/1.ª \(IL\)](#) - De protesto contra o comunicado intimidatório da Embaixada da Federação da Rússia em Portugal de dia 20 de Julho de 2022, referente ao cidadão português Pedro Abrunhosa;

[n.º 130/XV/1.ª \(BE\)](#) - De condenação das declarações de Viktor Orbán sobre os países do sul da Europa e sobre “mistura racial”;

Nota: os Projetos de Voto ns. 143/XV/1.ª (CH) - De pesar pelo falecimento do ex-líder da União Soviética Mikhail Gorbachev; e 144/XV/1.ª (PS) - De pesar pelo falecimento de Mikhail Gorbatchov), foram consumidos por iniciativa própria do PAR com o mesmo objeto.

9. Aprovação de Atas

- Ata n.º 16, de 13 de julho de 2022;
- Ata n.º 17, de 19 de julho de 2022;
- Ata n.º 18, de 8 de setembro de 2022;
- Ata n.º 19, de 15 de setembro de 2022.

10. Outros Assuntos

Iniciada a sessão, dirigida pelo Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto, foi por si referido, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, que:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 21 / XV / 1.^a SL

- Baixou à 13.^a Comissão, em conexão com a CNECP, o Projeto de Lei n.º 277/XV/1.^a - [Valorização salarial dos trabalhadores dos Serviços Periféricos Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros \(4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril\)](#). Cabendo ao PS indicar o autor do parecer, o Grupo Parlamentar remeteu a indicação para momento posterior.
- Baixou no dia de hoje, ao meio-dia, pedido de assentimento do Senhor Presidente da República para deslocação a Malta e Chipre, de 5 a 9 de outubro próximo (PJR n.º 243/XV). Sugeriu que a OD fosse alterada *ad hoc* de forma a comportar o tratamento desta matéria. Não se tendo registado quaisquer objeções, o Presidente leu o projeto de parecer e, uma vez submetido a votação, foi aprovado por maioria dos Deputados presentes, com voto contra do CH (entendo o Deputado Pacheco de Amorim não fazer sentido o condicionamento político de um órgão por parte de outro, defendendo a eliminação do dispositivo constitucional em apreço), e as ausências de BE e PCP.

Para os **Pontos 2. e 4.**, conjuntamente apresentados em função da similitude temática, foi concedida a palavra ao Deputado Maló de Abreu (PSD), tendo efetuado um resumo quanto ao âmbito e sentido das duas iniciativas apresentadas pelo PSD. Concluiu que ambas as iniciativas reuniam condições para subir a votação Plenária, na generalidade.

Nos **Pontos 3. e 5.**, foi concedida a palavra à Deputada Natália Oliveira (PS) que procedeu igualmente à apresentação conjunta do seu parecer referente às iniciativas em apreço, tendo efetuado um resumo quanto ao âmbito e sentido das duas iniciativas apresentadas pelo PSD. Concluiu que ambas as iniciativas reuniam, também, condições para subir a votação Plenária, na generalidade.

Na discussão conjunta das quatro iniciativas, intervieram os seguintes Deputados:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 21 / XV / 1.^a SL

Paulo Pisco (PS) que começou por felicitar os Deputados autores dos pareceres pelo trabalho efetuado, tendo realçado a relevância da matéria muito relevante para as Comunidades Portuguesas. Embora concordando com a eliminação da propina, entende não poder daí retirar-se estarmos perante violação da Constituição, existindo, isso sim, uma evidente desvalorização do ensino do português no estrangeiro, o qual deve ser um ativo estratégico para Portugal, sendo que o Estado se tem esforçado nesse sentido, como o atestam as quarenta cátedras espalhadas por dezassete países, com mais de trezentos protocolos externos. Notou, ainda, que o CH, na sua iniciativa, mais não fez do que decalcar o teor da sua Petição intitulada “Português para Todos”, onde refere, erradamente, que este tipo de ensino é fundamentalmente dirigido a estrangeiros, confundindo conceitos elementares como os de línguas de herança, materna e segunda língua, pondo assim em causa as relações neste domínio com os PALOP’s. Terminou, lembrando que o pagamento da propina hoje, engloba já a disponibilização gratuita de manuais. Escolares.

Finda a discussão, o Presidente colocou à votação cada uma das iniciativas individualmente, tendo-se registado os seguintes resultados:

- P.J.L n.º 152/XV: aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do BE);
- P.J.L n.º 154/XV: aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do BE);
- P.J.L n.º 184/XV: aprovado por maioria, com abstenção do PS e votos favoráveis dos restantes deputados (ausência do BE);
- P.J.L n.º 205/XV: aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do BE).

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra ao Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) para apresentação da iniciativa acima referenciada, tendo começado por aludir aos fundamentos da mesma, os quais constam da exposição de motivos subjacente à mesma ([consultável aqui](#)).



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 21 / XV / 1.^a SL

Entrados na fase de discussão política, intervieram os seguintes Deputados:

Francisco César (PS) tendo referido não acompanhar a iniciativa, dado o Programa em apreço abarcar matérias que já são aplicáveis às Regiões Autónomas.

Sérgio Marques (PSD) que referiu existir alguma pertinência nesta iniciativa, pois a Resolução do Conselho de Ministros que instituiu o Programa distingue consoante o regresso dos cidadãos ocorra ou não para o continente português, facto que, na prática, parece consubstanciar uma discriminação negativa das Regiões Autónomas. Relembrou, ainda, a afirmação em tempo proferida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de que esta matéria é da exclusiva competência da tutela do Trabalho. Finalmente, recordou a criação por parte do Governo de um grupo de trabalho para discutir, precisamente, esta matéria. Por tais motivos, não concorda com a posição atrás veiculada pelo PS.

Retomou a palavra o Deputado Francisco César (PS) tendo reafirmado a competência dos Açores para tratar desta matéria, à luz do especial estatuto autonómico. Neste âmbito, o Governo Regional selecionou os aspetos mais relevantes do Programa e recebeu as correspondentes transferências de verbas da República. Assim, além de desnecessário, a iniciativa do Chega não respeita a autonomia da Região dos Açores. Francisco Pimentel (PSD) que lembrou estar-se perante uma medida/Programa que é de âmbito nacional. E na sua aplicação não se pode distinguir quanto à origem do emigrante regressado a Portugal. Por tal motivo, entendeu não estar em causa qualquer desrespeito pelo estatuto autonómico.

Retomou a palavra o Deputado Sérgio Marques (PSD) para complementar a sua anterior intervenção e sublinhar que nesta matéria não podem existir respostas autonómicas e centrais, por se tratar de questão indissociável da posse de nacionalidade portuguesa.

Finalmente, o Deputado Francisco César (PS) que exemplificou a sua posição com um dos aspetos abarcados pelo Programa, no caso, a distribuição de verbas para obtenção de emprego, cuja competência cabe, exclusivamente, às Regiões Autónomas, sendo que todos os restantes aspetos são de aplicação direta.

Não se tendo registado demais intervenções e tendo-se mantido inalterado o teor da iniciativa, o Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão, pelo que se remete a presente Informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, nos



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 21 / XV / 1.ª SL

termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Passados ao **Ponto 7.**, procedeu-se à apreciação da proposta de redação final do PJR n.º 92/XV/1.ª, tendo marcado presença a Deputada do PAN, Inês Sousa Real. Submetida a votação foi a mesma aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência do BE.

No **Ponto 8.** da OD, foi concedida a palavra, sucessivamente, aos Deputados Bernardo Blanco (IL) e Inês Sousa Real (PAN), para apresentação dos respetivos projetos de Votos.

Não se tendo registado quaisquer intervenções, foram ambos submetidos a votação em separado, de onde resultou a sua aprovação por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência, em ambos os casos, de BE e PCP.

A apresentação do projeto de Voto n.º 130/XV (BE) foi adiado, a pedido do autor.

Finalmente, no **Ponto 9.**, procedeu-se à leitura das atas à margem identificadas, tendo as mesmas, uma vez submetidas a votação, sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência de BE e PCP.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada pelas quinze horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
21 / XV / 1.^a SL**

Palácio de São Bento, 27 de setembro de 2022.

O PRESIDENTE

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
21 / XV / 1.ª SL**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Edite Estrela (PS)
Eunice Pratas (PS)
Francisco César (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Natália Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
António Maló de Abreu (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Paula Santos (PCP)
Afonso Oliveira (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Bernardo Blanco (IL)
Inês Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
21 / XV / 1.ª SL**

Cláudia Santos (PS)
João Azevedo (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)
José Moura Soeiro (BE)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em de dezembro de 2022